



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER DO CONTROLE INTERNO

Em atendimento à determinação contida no § 1º, do art. 11, da Resolução nº 11.535/2014, este controle interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou o processo administrativo nº **052022003 - PMB** referente ao pregão eletrônico Nº **003/2022-PMB, 7º TERMO ADITIVO DE PRAZO AOS CONTRATOS Nº 030.005.2022 – PMB, 031.005.2022 – SEMED, 032.005.2022 – SEMAS, 030.005.2022 – SEMMA E 034.005.2022- SMS** tendo por objeto: “REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ACESSO Á INTERNET ATRAVÉS DE CABO DE FIBRA ÓPTICA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS , FUNDOS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIÃO -PA”, tendo como contratada a empresa VITÓRIA A B DOS SANTOS ESTUMANO LTDA , inscrita no CNPJ: **41.945.074/0001 - 88**, a vigência destes 7º Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo será de 12 (Doze) Meses, consecutivos e ininterruptos, a contar do dia 01/01/2026 a 31/12/2026, com fundamento no artigo 57 inc. II e 65, II, b, da Lei 8.666/93 e do art. 190 da Lei Federal 14.133/2021 e demais instrumentos legais correlatos, o processo possui legalidade, declaro que o referido Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo aos contratos Nº **030.005.2022 – PMB, 031.005.2022 – SEMED, 032.005.2022 – SEMAS, 030.005.2022 – SEMMA E 034.005.2022- SMS** encontram-se:

(x) Revestido de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

() Revestido parcialmente das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade, com as ressalvas enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

() Revestido de falhas de natureza grave, não estando apto a gerar despesas para a municipalidade, conforme impropriedades ou ilegalidades enumeradas no Parecer de Controle Interno, encaminhado como anexo.

Salvo melhor juízo, após análise da Procuradoria Geral do Município, exarada no Parecer Jurídico nº 2025, datado do dia 15/12/2025, os autos foram encaminhados a esse controle interno para manifestação, este Controle Interno entende que o Processo supramencionado encontra - se em ordem, podendo a administração pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, declara estar ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e de comunicação ao Ministério Público Estadual, para providências de alçada. Por fim, ressaltamos que as informações e justificativas elencadas desde o início de todo o processo até sua conclusão são de inteira responsabilidade do Ordenador de Despesas e veracidade da Comissão de contratação, departamento que conduziu/gerenciou o processo desde seu início. Desta feita, retorna-se o processo integral à Comissão de Contratação, para as providências subsequentes de publicação nos portais obrigatórios, necessárias à conclusão do processo.

Baião - Pará, 15 de dezembro de 2025.

Responsável pelo Controle Interno: Adhemar Medeiros Rios.

ADHEMAR
MEDEIROS
RIOS:05549760215
Assinado de forma
digital por ADHEMAR
MEDEIROS
Adhemar Medeiros Rios
Controlador Geral
Port. Nº 008/2025-GP